



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: COMO TRABALHAR COM ESSA PROBLEMÁTICA?

Luiza Bittencourt Krainski

Universidade Estadual de Ponta Grossa

luizabk@uol.com.br

Resumo

O presente artigo tem como foco central a problemática da evasão e os desafios dos estudantes universitários frente às adversidades de acesso e de permanência no ensino superior brasileiro. O objetivo central é analisar os aspectos relevantes frente à evasão, assim como, verificar a existência de políticas públicas voltadas ao acesso e a permanência. O estudo baseou-se na realidade brasileira, em pesquisas e estudos sobre os desafios para reduzir os índices de evasão e o aumentar a permanência dos estudantes na educação superior.

Palavras Chave: ensino superior, evasão, políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO:

O ensino superior ocupa lugar de relevância no cenário nacional. A educação, em todos os seus níveis, exerce papel fundamental na superação das grandes diferenças sociais que marcam o cenário brasileiro, contribuindo na criação de uma nova estrutura social com melhores oportunidades para o desenvolvimento dos indivíduos.

Nas últimas décadas, tem-se verificado um crescimento acelerado de instituições e uma expansão significativa na oferta de vagas no ensino superior. O ensino antes elitizado vem se democratizando. Entretanto, essa realidade traz uma problemática implícita nesse crescimento que é o abandono do curso frequentado, o que implica em novas articulações da gestão universitária para além das políticas de acesso.

A preocupação com a evasão no atual contexto das políticas públicas e educacionais brasileiras é um indício de que, só muito recentemente, o campo de estudos da evasão vem se apropriando e modelos teóricos de explicação desse fenômeno. O entendimento desta problemática e a busca de suas causas têm sido objeto de trabalhos e pesquisas na área educacional (RISTOFF, 1999; SILVA FILHO et. al., 2007; PACHECO, 2010) motivo pelo qual é relevante descobrir os possíveis fatores/motivos desse fenômeno que causa danos ao desenvolvimento de uma sociedade, ao próprio indivíduo, ao Estado e as instituições de ensino.

Para Lima Júnior (2012), Mello et al. (2001) a evasão, tanto no ensino superior como em outros estratos do sistema educacional, deve ser considerada como um fenômeno social complexo. É social por envolver relações entre pessoas e grupos de pessoas tais como aluno, professor, universidade, governo, família, amigos e mercado de trabalho. É um fenômeno complexo porque as relações que a constituem são de natureza diversificada e o referencial de uma área específica não dá conta de articular teoricamente essa realidade marcada por uma multiplicidade de fatores a influenciar essas relações.

Políticas de assistência estudantil têm sido reivindicadas no interior das universidades com o intuito de subsidiar moradia, alimentação, transporte, entretanto, o fenômeno da evasão vai além das limitações socioeconômicas dos estudantes. Os principais motivos estão relacionados ao aluno e seu entorno, dentre estes, a expectativa em relação ao curso, falta de informações, dificuldades em acompanhar as aulas, ensino médio precário, didática docente e dificuldades na relação aluno-professor.

No setor público essa problemática atinge tanto os estudantes como a instituição. Para o aluno, representa muitas vezes, o sonho interrompido de um curso superior. Para a instituição, o custo elevado e o desperdício de recursos de uma vaga ociosa. Já no setor privado, é uma importante perda de receitas (Silva Filho, 2007).

O abandono os cursos superiores não ocorrem por grandes e únicas razões, mas por uma sucessão de pequenos motivos. Tal complexidade é

salientada por Corts (apud SILVA FILHO et al, 2007) revelando a diversidade e a complexidade dos estudos sobre evasão.

2. A evasão enquanto fenômeno complexo:

A evasão configura-se um fenômeno presente desde o início do século XX, no entanto, se contextualizado na temática do fracasso escolar está presente desde a era das revoluções no século XIX.

Estudos apontam que até os anos de 1850, às escolas eram privatizadas e o acesso era restrito a uma parcela da população; consequentemente, o analfabetismo atingia um grande contingente populacional. “A Revolução Francesa e a Revolução Industrial provocaram nas sociedades do século XIX importantes transformações no campo social, político e econômico, que incluíram o início do processo de democratização do ensino” (BERTELLI; DUARTE, 2013, p. 19).

Com a oficialização da escola na França em 1880 e a obrigatoriedade do ingresso, independente do nível socioeconômico e cultural da população, progressivamente surge os fenômenos do fracasso e da evasão escolar. A evasão esteve associada a realidade da repetência, em especial nos alunos das camadas mais pobres que apresentavam dificuldades de aprendizagem.

No Brasil, as questões de evasão e repetência devem ser analisadas tendo como referencia o processo de democratização que se verificou nesse sistema de ensino a partir da metade da década de 1960, período marcado por intensas e profundas reformas na educação. A expansão das matrículas no ensino fundamental contribuiu em mudanças na composição de classe predominante dos alunos. A inserção de parcela significativa da população de baixa renda nas escolas evidenciava a dificuldade das instituições de ensino em lidar com as características desses alunos.

Como bem lembra Braga, Peixoto, Bogutchi (2003) o processo de democratização do ensino não foi completamente efetivado, visto uma parte significativa dos alunos não vêm tendo êxito o ensino fundamental no tempo/idade previstos, devido às sucessivas repetências da mesma série, levando posteriormente a evasão.

Progressivos índices de repetência contribuíram para alimentar a evasão escolar, configurando um processo cujas dimensões acabaram mobilizando a atenção de pesquisas voltadas para os cursos básicos, hoje denominados de ensino fundamental e ensino médio.

No contexto educacional, o termo evasão escolar carrega elementos valorativos que transbordam o significado de mera saída do aluno de um sistema educacional. A evasão traz consigo perdas pessoais, sociais e institucionais. Tem uma conotação excludente, na medida em que transmite a ideia de eliminação do aluno do contexto educacional em que estava inserido. (VIOLIN, 2012, p. 14).

Ou seja, é a saída do aluno antes da conclusão do curso e esse rompimento implica em redirecionamento ou um novo projeto de vida. Essa concepção corrobora o próprio significado do termo, “*evasio*, que significa saída. A ação de evadir-se se reporta ao escapar, fugir ou emigrar” (LAROUSSE, 1998, p.2304).

Não se pode negar que a evasão apresenta-se como um fenômeno multifacetado e complexo. Pode resultar de uma decisão do aluno insatisfeito com a escolha do curso ou de adaptação essa realidade, situação que se identifica com o significado estrito do termo. Pode também ser consequência de uma combinação de fatores escolares, socioeconômicos e pessoais, em que a combinação dos dois primeiros caracteriza a decisão mais como exclusão do que propriamente como evasão.

Para Braga, Peixoto, Bogutchi (2003), o ingresso precoce no mercado de trabalho ou as condições escolares desfavoráveis com que o aluno se defronta – composição curricular, relacionamento com os professores, organização da escola, constituem-se em barreiras que contribuem no processo de exclusão. Neste sentido:

“a implementação de políticas educacionais que favorecem unicamente o princípio liberal do mérito, tendo por base a igualdade de oportunidade de acesso, representa uma condição necessária, mas não suficiente, para que ocorra uma democratização efetiva”. (BRAGA, PEIXOTO, BOGUTCHI, 2003, p.162).

Quando se analisa o ensino superior, aspectos dessa problemática são semelhantes. A democratização do acesso a esse nível de ensino, ocorrido no Brasil entre o final da década de 1960 e início da década de 1970 também enfrentou problemas no que concerne a permanência dos alunos nos cursos.

Conforme o Resumo Técnico do Censo da Educação Superior (2013) os índices de evasão na realidade universitária são altos e vêm sendo uma realidade cada vez mais presente nas Instituições de Ensino Superior (IES). O Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu entre suas metas diminuir a taxa de evasão de alunos do ensino superior.

A evasão está relacionada a diversos fatores, divididos segundo Bordas (1996) em internos e externos. Os fatores internos são problemas decorrentes da própria estrutura da universidade, como currículos longos, matematização de determinadas áreas principalmente na fase inicial dos cursos, grade de horários em diferentes turnos, rigidez de pré-requisitos nas disciplinas, corpo docente e assistência sócio educacional. Os fatores externos relacionam-se ao aluno, tais como: vocação, baixo status e prestígio de determinadas profissões, aspectos socioeconômicos e problemas de ordem pessoal.

Com relação aos alunos, o autor enumera como causas: dificuldades econômicas; trabalho concomitante; dificuldade de acompanhar as disciplinas da graduação; mudança de interesses; mudança de domicílio e desmotivação.

3. FATORES A INFLUENCIAR O FENÔMENO DA EVASÃO:

3.1 Fatores Sociais:

Embora os fatores sociais não se configurem como determinantes para a evasão escolar, eles são determinantes para a escolha do curso. Dentre as razões que pesam na escolha do curso aparece a empregabilidade, a oportunidade de melhor remuneração e o *status* profissional. Essas razões estão presentes nas escolhas dos estudantes dos cursos mais concorridos, com forte influência da família na escolha. Entre os cursos menos concorridos, a vocação e a satisfação pessoal aparecem como as razões da escolha.

O momento da escolha representa a ampliação de oportunidades em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. No entanto, o estudante “[...] ao avaliar suas condições objetivas, a escolha do curso geralmente recai naqueles menos concorridos e que, segundo estimam, proporcionam maiores chances de aprovação”. (ZAGO, 2006, p. 231).

A escolha em si é um termo genérico. No contexto acima especificado ela esconde diferenças e desigualdades sociais importantes. Portanto, falar de escolhas

[...] significa ocultar questões centrais como a condição social, cultural e econômica da família e o histórico de escolarização do candidato. Para a grande maioria não existe verdadeiramente uma escolha, mas uma adaptação, um ajuste às condições que o candidato julga condizente com sua realidade e que representam menor risco de exclusão (ZAGO, 2006, p.232).

A escolha de um curso não é um processo simples, ou seja, até que ponto ocorre realmente a escolha por parte do jovem oriundo dos meios populares? Almeida alerta para a amplitude desse conceito, podendo haver “[...] a impressão de uma igualdade que pode turvar os efeitos das desigualdades de fato” (ALMEIDA, 2009, p. 84). Outros determinantes se fazem presentes sob a ideia da “escolha”, dentre os quais o capital cultural individual e familiar, a trajetória escolar do sujeito e a origem social.

Estes elementos oferecem um quadro bastante ilustrativo da exclusão e seletividade expressas na hierarquia dos cursos universitários (ZAGO, 2006). Nessa linha de raciocínio, Coulon (2008) destaca que uma quantidade considerável de estudantes provenientes de camadas populares faz da escolha do curso superior uma “estratégia de sobrevivência pela promoção social”, até porque não existe uma estratégia de carreira.

Como se vê, o caminho da universidade não se mostra como um caminho “natural”, ou seja, antes mesmo da escolha do curso ou da carreira está a decisão de realizar ou não o vestibular. Muitas vezes, as informações que esses jovens têm sobre o vestibular nem sempre são precisas.

A evasão apresenta uma importante vertente social visto ocasionar uma ruptura do indivíduo com a comunidade, seja ela através das relações estabelecidas no curso de graduação em que estava inserido ou com o contexto sócio histórico dentro da instituição universitária.

Fernandes (2004) salienta que o aluno ao se desvincular do curso de graduação sente-se excluído dessa ordem que corresponde a cultura do grupo formado. Ao não pertencer mais ao lugar conquistado no vestibular sente-se confuso, como se tivessem perdido um território e a integração vivenciada na universidade, conjunto que determina códigos e símbolos de um novo grupo social, configurando nova forma de ser e estar no mundo, o qual renunciam com a evasão.

3.2 Fatores Pedagógicos:

A relação entre professor e aluno também pode ser um dos determinantes para a permanência no curso. Nessa relação, o professor é parte integrante do mundo atual e também sujeito as modificações decorrentes da modernidade e da globalização.

No ensino superior é cada vez mais heterogêneo o perfil do aluno que chega as portas da universidade, diverso nas atitudes, nos projetos, no capital escolar e cultural, etc. Para Perrenoud, “ensinar é ignorar ou reconhecer estas diferenças, sancioná-las ou tentar neutralizá-las, fabricar o sucesso ou o insucesso através da avaliação informal e formal, construir identidades e trajetórias”. (PERRENOUD,1997, p.28).

No entanto, a didática não mostra como trabalhar essas diferenças; fala-se de um aluno “médio” ou de um sujeito epistêmico, desconhecem a dificuldade que há em fazer os alunos gostarem de certas disciplinas.

Outro fator refere-se ao desempenho acadêmico dos alunos evadidos. Embora não se possa definir como causa ou efeito do processo de evasão, é possível observar que em geral a desistência está relacionada com uma dificuldade que decorre do curso ou nele se reflete. Essa questão fica mais evidente nas disciplinas com maior número de retenção. Na maioria das vezes,

o aluno toma para si a decisão, justificando insuficiência de conhecimentos adquiridos no ensino médio e falta de organização nos estudos.

3.3 Fatores Psicológicos:

A evasão do aluno acontece de uma forma mais geral, no primeiro ano do ensino superior, período em que ocorre a adaptação do aluno ao novo ambiente. É nesse tempo que a identidade do estudante sofre um choque e será reformulada. Sua permanência está diretamente ligada à capacidade de superar esse momento e sentir-se parte da comunidade acadêmica. Esse dado, aliado ao fato de que ela ocorre com maior frequência com alunos acima de 22 anos e ao fato de que a maior parte dos discentes possui idade entre 17 e 21 anos.

Essas narrativas expressam uma das rupturas que ocorrem com o ingresso no ensino superior e a construção de uma nova identidade:

Se o tempo do Ensino Médio é aquele do **tutelamento**, o tempo do Ensino Superior é o do **anonimato**, também em relação aos outros estudantes. Isto provoca comportamentos muito diferentes por parte dos novos estudantes, cujas referências habituais foram subvertidas ao mesmo tempo. Uma nova identidade está por ser construída, uma nova relação com o saber precisa ser elaborada (COULON, 2008, p. 34-35). [grifo nosso]

A superação dessas dificuldades deve encontrar um ambiente que contribua nesse processo. A democratização do ensino superior trouxe novos públicos e os conflitos advindos de diferenças de idade e de gerações entre alunos é evidente. Isolamento, dificuldade nos relacionamentos e na formação de laços de amizade que o inseririam e poderiam mantê-lo na comunidade escolar são exemplos presentes no cotidiano universitário.

A importância da aceitação pelo grupo é significativa por parte dos estudantes pesquisados e tem reflexos na vida estudantil. Esse sentimento de pertencimento ou não vai depender do curso, da configuração social dos estudantes de uma determinada turma (ZAGO, 2006, p. 235). A sensação de não pertencimento, de não participante do processo pode acabar com a

“esperança” nutrida pelo aluno, fazendo com que desestime em transpor os obstáculos desencadeando o processo de evasão.

A forma mais visível de reconhecimento das diferenças está no estilo de vida dos colegas, seja através dos modos de falar, nas posses materiais, nos lugares frequentados, na escola anteriormente frequentada, na facilidade em adquirir o material escolar e, especialmente, na desenvoltura em lidar com essa realidade. Para Bourdieu, "o que fala nunca é a palavra, o discurso, mas toda a pessoa social" (BOURDIEU, 1983, p.167).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A análise da política de democratização do acesso ao Ensino Superior neste novo milênio nos coloca diante de desafios e tensões. O aspecto quantitativo, ou seja, o número de estudantes - inclusive de classes populares - está aumentando, constituindo, em médio prazo, um ensino de massa no Brasil. Para além desses indicadores, importa saber as condições efetivas de permanência qualificada desse contingente que está adentrando a universidade e de que forma a evasão do ensino tem sido trabalhada. A inserção pode se constituir um caminho desde que sejam criadas condições políticas e científicas adequadas a uma efetiva democratização da universidade, principalmente a pública.

Entende-se ainda que a democratização do acesso à universidade deve vir acompanhada da **democratização do acesso ao conhecimento** e do **direito à permanência** dos estudantes, para que possam concluir seus cursos. O conceito de democratização que sustenta este estudo parte do princípio de que a democratização da educação superior é um processo contínuo e, para sua efetivação, necessita da existência de políticas institucionais que garantam além do acesso, a permanência dos alunos num ensino de qualidade.

O primeiro aspecto observado refere-se a entrada no ambiente universitário trazendo uma diversidade de mudanças na vida dos alunos. Esse processo é acompanhado por um processo de afiliação institucional (de adaptação aos novos métodos de ensino) e intelectual (na superação das

dificuldades de compreensão e de conteúdos). O aluno, ao apropriar-se ou não desse espaço, consegue ou não elaborar estratégias para sua permanência. A pesquisa apontou outras dimensões essenciais à formação dos estudantes, entre elas, dificuldades socioeconômicas e no acesso às políticas de permanência que a universidade oferece. Os programas de apoio ao estudante devem ser mais efetivos, conhecidos pelos alunos e disponíveis a eles. Ao chegarem à universidade, os jovens geralmente não conhecem o funcionamento dos programas e não encontram essas informações nos seus cursos, e nem mesmo na página virtual da universidade.

Disponibilizar programas de assistência estudantil para seu corpo discente consiste em outra política necessária que contribui na permanência do estudante. No entanto, quando se considera a existência de diferentes públicos ingressantes, essas ações diretas aos estudantes exigem uma mudança de referência qualitativa e quantitativa. Nesse caso, a assistência estudantil não deve se limitar a uma ação direta para o estudante, como repasse de bolsas, por exemplo, mas precisa englobar um conjunto de ações ampliadas que considere a especificidade dos estudantes que acessam a universidade e uma leitura sobre as dinâmicas de inclusão e de exclusão dentro da universidade. Na maioria das instituições de ensino superior, as políticas de permanência se restringem ao tripé alimentação, bolsa trabalho e moradia/ residência universitária. Esses programas são subsidiados pela universidade integralmente ou parcialmente, variando a presença de programas de saúde, assistência médica e psicológica, auxílio transporte, ensino de línguas e informática. É inegável que a ampliação de recursos financeiros aos estudantes para que eles sustentem sua presença e participação nos cursos e espaços universitários, sem terem que se dividir entre trabalho e estudo. Contudo, os problemas que esses alunos vivenciam no cotidiano da universidade vão além de questões exclusivamente econômicas. A alteração do perfil discente nas universidades exige mudanças estruturais, alterações no funcionamento cotidiano da instituição, adequações às novas demandas e também inovação, invenção e criatividade para a criação de propostas que contemplem a especificidade dos estudantes de origem popular, sem marginalizá-los pelo rótulo da carência.

A universidade pode desempenhar um papel integrador através de ferramentas de apoio aos alunos, como a comunicação mais integrada, maior divulgação dos serviços disponíveis, que possibilitem ao aluno enfrentar determinadas desigualdades. Essas ações mostram que a permanência “deve ser entendida como uma interação entre os condicionantes estruturais da sociedade e as ações conjunturais que estão ao alcance das universidades” (ALMEIDA, 2009), com um olhar atento para os alunos que apresentam maiores dificuldades, seja de ordem material, cultural e pedagógica.

Quando se aborda a política de permanência, de modo geral, há uma forte preocupação com o viés econômico, deixando à margem dessa discussão a natureza do conhecimento acadêmico (SANTOS, 2005). O conhecimento aparece na pesquisa como um elemento que agrega poder em se fazer aceitar, em se integrar a um meio inicialmente hostil, em quebrar as barreiras. Nesse sentido, é necessário saber qual a relação que o estudante cotista estabelece com o saber produzido e distribuído pela universidade (CHARLOT, 2000), pois essa relação também posiciona sujeitos, ao permitir ou não o acesso desses sujeitos ao saber universitário. É possível perceber um acesso diferenciado entre os grupos de estudantes, ao conhecimento e às oportunidades acadêmicas.

Número limitado de bolsas de estudo, necessidade de trabalhar para o sustento limitam a participação dos alunos à sala de aula. Com uma vida acadêmica restrita, as possibilidades de produção de conhecimento, de participação na sociedade e todas as aprendizagens decorrentes desses processos são menores. Tais dificuldades contribuem para a ampliação das desigualdades sociais.

Um último aspecto que deve permear as políticas de permanência refere-se à necessidade de ações de valorização das trajetórias e identidades dos estudantes cotistas negros e de origem popular.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA:

ALMEIDA, W.M. **USP para todos?:** estudantes com desvantagens socioeconômicas e educacionais e fruição da universidade pública. São Paulo: Musa Editora, 2009.

BORGES, J.L.; CARNIELLI, B. L. Educação e estratificação social no acesso à universidade pública. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p.113-139, jan./abr. 2005.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COULON, A. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: EDUFBA, 2008.

LIMA JUNIOR, P.; OSTERMANN, F. Contribuições da pesquisa em educação e em ensino de ciências para a compreensão da evasão no ensino superior In: **Encontro de Pesquisa em Ensino de Física**, São Paulo: SBF. 2010.

PEIXOTO, M. C. L.; BRAGA, M. M.; BOGUTCHI, T. F. A evasão no ensino superior brasileiro: o caso da UFMG. **Avaliação-Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**. Campinas, vol 8, n.1, mar, 2003.

PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. 2.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

RISTOFF, Dilvo. (1999) **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis: Insular.

SANTOS, B. de S. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA FILHO, R. L. L.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M.B.C.M. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, vol. 37, n.132, p.641-659, 2007.

VIOLIN, L. Evasão escolar na educação superior: percepções de discentes **Dissertação de Mestrado**, UFPR 2012.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 32 maio/ago. p. 226-237, 2006.